

# DOCUMENTO CONCEITUAL

Comunidades de prática e construção  
de conhecimento, aprendizagem  
situada e participação periférica

---

Para compreender como as crianças e jovens aprendem a cultura e ao mesmo tempo romper com as dicotomias formal/não formal, escolar/não escolar, precisamos rever nossa própria forma de ver o fenômeno. Acreditamos que uma teoria que nos ajuda a compreender melhor esses processos é a formulada por Jean Lave e Etienne Wenger (2003), a saber, sobre a ideia de aprendizagem situada e participação periférica legitimada em comunidades de prática.

O termo “comunidades de prática” foi cunhado recentemente, mas descreve um fenômeno muito antigo.

Chamamos de Comunidades de Prática a diferentes situações nas quais pessoas realizam aprendizagem e atividades cooperativamente, partilhando os mesmos objetivos e recursos. Pode ser por exemplo um ofício ou uma profissão. É através do processo de compartilhamento de informações e experiências (histórias, ferramentas, formas de lidar com problemas recorrentes), entre os membros do grupo, que uns aprendem com os outros o ofício ou a profissão desempenhada. As comunidades de prática apresentam assim uma estrutura de participação que possibilita aos seus membros o acesso aos conhecimentos necessários à prática da atividade, ao seu desempenho pleno encontrado entre os membros mais experientes (LAVE; WENGER, 2003). As comunidades estão por toda a parte e, embora ainda não tenhamos percebido, podemos estar envolvidos em algumas delas, seja no trabalho, na escola ou no lazer.

A aprendizagem aqui tem um caráter situado (ou seja, analisa-se o que se aprende e como se aprende a partir de determinada situação, o que equivale a dizer que pensamos o aprendizado não de forma genérica, mas caso a caso), mediada pela diferença de perspectivas entre coparticipan-

tes, e estaria situada em certas formas de coparticipação e não meramente na mente das pessoas. Essa prática social que envolve coparticipantes possui um tipo específico de estrutura de participação, na qual o aprendiz adquire habilidades através do seu concreto engajamento no processo e das condições da sua participação no contexto de uma comunidade de prática.

Os autores chamam essa participação de jovens iniciantes de participação periférica legitimada: isto é, o lugar de participar como iniciante.

Sem engajamento não há aprendizagem, e onde o próprio engajamento é sustentado a aprendizagem ocorrerá. Nessa visão, as intenções do aprendiz são consideradas e o significado da aprendizagem decorre de seu processo de se transformar em um participante pleno de uma prática sociocultural.

Comparativamente à forma escolar, nas comunidades de prática as categorias de espaço e tempo são mais fluidas, pois obedecem não às determinações burocráticas, mas ao ritmo de trabalho e à participação dos sujeitos envolvidos.

Uma outra característica importante do aprendizado que ocorre nesses grupos é que não há uma separação clara entre o momento de ensinar e o de aprender, entre o momento em que se explica e aquele em que se faz, entre mente e corpo. Não existe uma segmentação do processo, se aprende o movimento de uma só vez e se aprende com o corpo todo. Em segundo lugar, às crianças na sua condição de aprendizes, são destinados papéis, ações e responsabilidades que correspondam ao seu lugar de iniciante. Essa condição chamamos de participação periférica legitimada, na qual aos iniciantes são oportunizadas condições atenuantes de participação. Nas brincadeiras podemos resgatar a

famosa condição de ‘carta branca’ ou ‘café com leite’, atribuída à criança iniciante quando quer participar das brincadeiras das outras mais velhas. A ela era garantida essa condição atenuada para participar. Seria o mesmo que dizer que, como ela está aprendendo a brincar, não estaria sujeita às mesmas regras (ou pelo menos não a todas) impostas aos demais membros do grupo. Teria assim maior liberdade para participar da brincadeira até que compreendesse as regras, assumindo a condição dos outros participantes.

(Trecho extraído do livro **Educação Integral nas Infâncias: pressupostos e práticas para o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças de 0 a 12 anos**. SARDENBERG, Agda (Coord.). São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral/Instituto C&A, 2017, p.52 a 54. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/especiais/escola-infancia/wp-content/uploads/2017/08/educacao-integral-nas-infancias-comprimido.pdf>.

Último acesso em 18/10/2018.)

O caráter social da construção do conhecimento e da aprendizagem já foi amplamente discutido por pedagogos e estudiosos do desenvolvimento (Lev Vygosty, Jerome Bruner, Paulo Freire, dentre outros).

O conceito de comunidades de prática busca nomear essa condição que situa a produção e a manutenção do conhecimento na sociedade. Como o conhecimento passa de geração em geração? Como a cultura é cultivada e transmitida de geração em geração? Esse conceito de comunidade de prática é uma resposta ampla, seja das aprendizagens tradicionais em casa e no mundo do trabalho, seja nas aprendizagens em rituais religiosos, culturais e mesmo muitos dos aprendizados educacionais, como é o caso da escola.

---

## **O conceito de Comunidades de Prática**

Conheça a definição completa do conceito no texto original de seu autor:

WENGER, Etienne. Communities of practice: A brief introduction. 2011. Disponível em: [https://www.ohr.wisc.edu/cop/articles/communities\\_practice\\_intro\\_wenger.pdf](https://www.ohr.wisc.edu/cop/articles/communities_practice_intro_wenger.pdf). Último acesso em 31/08/18.

---